

Processo é conduzido por aposentados da CAIXA

As três comissões técnicas que apuram as responsabilidades nos investimentos da FUNCEF sob investigação da Operação Greenfield concluíram os primeiros relatórios finais na última semana. Os trabalhos, iniciados em abril deste ano, foram concluídos dentro do prazo-limite de 90 dias.

A etapa seguinte é a análise dos documentos pelas áreas de auditoria e jurídica da Fundação, de modo a garantir sua conformidade em relação às normas da FUNCEF e corrigir eventuais erros processuais que possam prejudicar o andamento das apurações de responsabilidade no futuro.

Depois disso, todos os autuados (sindicados) irão receber cópia do relatório final e terão prazo para apresentar defesa por escrito. Diante das respostas dos envolvidos, as comissões de apuração poderão ou não alterar suas conclusões em relação aos fatos apurados.

Ao final do processo, que assegura ampla defesa, os relatórios e as defesas serão encaminhadas à autoridade julgadora – Diretoria Executiva ou Conselho Deliberativo dependendo do caso. Até a conclusão do julgamento, os processos devem ser mantidos em sigilo.

Além disso, por ser assistente de acusação do Ministério Público Federal, toda a documentação produzida pelas comissões de apuração é encaminhada diretamente à força-tarefa da Operação Greenfield.

FIP Enseada

A apuração mais adiantada se refere ao Fundo de Investimento em Participações (FIP) Enseada, que aplicou recursos na Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (CBTD), dona da marca Gradiente.

O trabalho ficou a cargo de uma comissão-piloto criada por portaria da presidência da FUNCEF. O relatório já foi avaliado pelas áreas de Auditoria e Jurídica e os citados já apresentaram suas defesas. No momento, elas estão em análise para conclusão do processo e posterior envio à autoridade julgadora.

Leia também

[FUNCEF instala comissões de apuração](#)

Fonte: FUNCEF, em 25.07.2017.